

2021

NEUSA
BITTAR

MEDICINA LEGAL
E NOÇÕES DE
CRIMINALÍSTICA

DÉCIMA
EDIÇÃO
REVISTA E
ATUALIZADA

 EDITORA
FOCO

Você está recebendo, **GRATUITAMENTE**, um fragmento da obra da **Editora Foco**, para dar início aos seus estudos.

Este conteúdo não deve ser divulgado, pois tem direitos reservados à editora, constituindo-se uma cortesia a título de motivação aos seus estudos.

Faz-se necessário evidenciar que tal fragmento não representa a totalidade de uma obra ou disciplina.

A obra, na sua totalidade, poderá ser adquirida no site da **Editora Foco**:

www.editorafoco.com.br

Bons estudos!

Editora Foco



2021 © Editora Foco
Autora: Neusa Bittar
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: PLENA PRINT

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

B624m Bittar, Neusa
Medicina Legal e Noções de Criminalística / Neusa Bittar. - 10. ed. - Indaiatuba,
SP : Editora Foco, 2021.
320 p. : 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-296-8
1. Medicina legal. 2. Criminalística. 3. Biodireito. I. Título.
2021-1563 CDD 614.1 CDU 347.340.6

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Medicina legal 614.1 2. Medicina legal 340.6

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (04.2021) – Data de Fechamento (04.2021)

2021

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SOBRE A AUTORA

- Médica, formada em 1973 pela Faculdade de Ciências Médicas de Santos – UNILUS – CRM 20291.
- Advogada, formada em 2001 pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS – OAB/SP 196522.
- Mestre em Medicina pela Pós-Graduação *stricto sensu* em Cirurgia de Cabeça e Pescoço do HOSPHEL – Hospital Heliópolis/SP.
- Especialista em Cirurgia Geral, Coloproctologia e Medicina do Trabalho.
- Foi professora de Medicina Legal da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS.
- Foi coordenadora e Professora da Pós-graduação *lato sensu* em Direito Penal, Direito Processual Penal e Criminologia da Universidade Católica de Santos – UNISANTOS.
- Professora de Medicina Legal e de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade Metropolitana de Santos – UNIMES – desde 2014.
- Professora de Medicina Legal e/ou de Criminologia em cursos preparatórios para carreiras jurídicas desde 2007.
- Preceptora da Liga de Medicina Legal da Faculdade de Medicina da UNIMES.

PREFÁCIO

Recebo, com muita alegria, esta “confortável” missão de prefaciар, ainda que em rápidas palavras, a nova edição da já consagrada obra da Prof.^a Neusa Bittar, médica e advogada, atributos que lhe permitiram elaborar um estudo único, descomplicando o árido campo da MEDICINA LEGAL.

Na obra, logo no seu capítulo inaugural, aborda de forma sucinta o surgimento, a evolução histórica e as áreas de atuação da Medicina legal. Lamenta, no entanto, a desvalorização da disciplina (que é o elo entre a Medicina e o Direito) pelas faculdades de Direito, comprometendo, obviamente, o futuro desempenho dos profissionais da área.

No capítulo seguinte trata das perícias médico-legais visando estabelecer a correlação entre a linguagem médica e jurídica. O leitor, nessa parte da obra, depara-se com várias indagações, destacando-se:

- Por que o jurista precisa conhecer Medicina Legal?
- Por que o médico, em especial o legista, precisa conhecer os dispositivos legais?

A busca pela resposta vai guiar os capítulos seguintes.

No capítulo 3, a Professora analisa os documentos médico-legais, dedicando especial atenção às inovações da Portaria 104, que trata das notificações compulsórias, e aos aspectos diferenciadores dos vários documentos.

Evidencia os detalhes que envolvem o atestado de óbito, as autópsias e as exumações.

É no capítulo 4 que o leitor encontra noções básicas de Criminalística, relacionando-se, de forma bastante didática, os artigos dos códigos civil e penal relativos à atividade pericial em geral, complementando os já analisados nas perícias médico-legais. Define, classifica e analisa os principais vestígios deixados no local de crime, incluindo a análise morfológica, laboratorial e o valor da utilização do Luminol em manchas de sangue.

No capítulo 5, a autora trata da identidade e identificação, discorrendo sobre as suas três formas. Na identificação médico-legal, desenvolve especialmente a identificação pelo DNA, explicando o método de análise atual e a interpretação dos resultados, envolvendo interesse dos profissionais que militam tanto na área penal, como civil. A seguir, aborda a identificação judiciária, feita por peritos não médicos, cujo foco é o sistema dactiloscópico de Vucetich. Por fim, aborda a identificação criminal e a introdução nesta do perfil genético, com suas repercussões positivas e negativas.

Lendo o capítulo 6, o leitor vai perceber, mais uma vez, a didática ímpar da autora. Aborda tanto a morte de todo o corpo, com a cronologia e especificação dos fenômenos cadavéricos, como a morte do corpo como um todo integrado, diferenciando morte cerebral, encefálica e anencefalia. Inclui a Lei de transplantes de órgãos e tecidos, as

diferentes formas de interferência no processo de morte, a diferenciação entre lesões em vida e *post mortem*, além da análise dos elementos nos locais de morte.

No capítulo seguinte (7), a Professora analisa as diferentes energias físicas e químicas causadoras de trauma, com destaque para as de ordem física, e dentre os instrumentos que a utilizam, para os perfurocontundentes representados pelos projéteis de arma de fogo, incluindo os de alta energia.

No capítulo 8, complementa a traumatologia com o estudo das energias físico-químicas, representadas pelos diferentes tipos de asfixia, e com a análise da quantificação do dano (art. 129 CP).

É no capítulo 9 que a mestre se dedica ao estudo da sexologia forense, abordando tanto a perícia da conjunção carnal e as várias etapas da complexa perícia que envolve os casos de infanticídio, como a política de redução de danos referente ao aborto, a reprodução assistida, a pesquisa com células-tronco e os desvios sexuais.

No penúltimo capítulo (10), Neusa parte da avaliação da imputabilidade e do intervalo lúcido, e do conceito de normalidade mental, para analisar aspectos relevantes da psicopatologia forense, seguindo preferentemente a linha de raciocínio do mestre Palomba.

Termina a obra (capítulo 11) analisando as toxicomanias, incluindo as novas drogas sintéticas que imitam as tradicionais drogas ilícitas, e as diferentes formas de alcoolismo, complementando com aspectos periciais e forenses.

Como se nota, a obra é essencialmente didática, servindo, com imenso proveito, não apenas aos estudantes, mas aos profissionais experientes, que enxergarão neste estudo respostas às complexas questões do dia a dia.

Obrigado, Neusa, pelas preciosas lições.

Parabéns à editora, que abraçou, sem hesitar, mais este projeto.

Rogério Sanches Cunha

Promotor de Justiça no Estado de São Paulo. Professor de Direito Penal da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Mato Grosso e do CERS (Complexo de Ensino Renato Saraiva).

APRESENTAÇÃO

A autora, Dra. NEUSA MARIA ESTEVES BITTAR, honrou-nos com a deferência da apresentação de sua obra “*Medicina Legal e Noções de Criminalística*”.

A leitura dos respectivos originais renovou a nossa admiração pelo seu saber como renomada médica na nossa querida Santos, desde 1973.

Foi muito prazeroso verificar também o seu atualizado conhecimento em Direito, ciência em que se bacharelou em 2001, sendo, também, advogada.

O nosso convívio no Corpo Docente da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Santos, onde lecionamos, permitiu-nos apreciar sempre o seu trabalho de mestra, agora acrescido da sua dedicação às letras médico-jurídicas, revelando, não apenas o seu amor pela Medicina, mas também pelo Direito.

A obra tem conteúdo que inclui definições, conceitos, ensinamentos e explicações de ordem prática, com o respectivo estudo e exame, tudo apresentado de modo acessível e adequado aos que querem estudar ou pesquisar assuntos que, na Medicina Legal, vão até à moderna Toxicologia Forense, passando pela relevante prova pericial e pelos documentos utilizados no campo médico legal, e vão desde a Criminalística até à Sexologia Forense, sem abandonar a importante Psicopatologia Forense.

A linguagem direta e objetiva do texto, sem perda da qualidade científica, dá ao livro cunho efetivamente didático, o que, pensamos, é o ponto alto do seu trabalho que muito servirá a estudantes, bacharéis em Direito, advogados, promotores de Justiça, magistrados e a todos os que procuram vencer obstáculos de interessantes, intrincadas e novas questões médico-legais.

De parabéns, pois, a autora, a quem auguramos pleno êxito editorial, o que, por certo, está assegurado pelo seu talento e pelo valor do texto.

Finalmente, impõe-se registrar que a deferência, que nos fez a autora, como um dos mais antigos professores da Casa Amarela, foi por nós recebida como homenagem a todos os Colegas do nosso Corpo Docente.

Gildo dos Santos

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Professor de Direito.

SUMÁRIO

SOBRE A AUTORA	III
PREFÁCIO.....	V
APRESENTAÇÃO.....	VII
 CAPÍTULO 1 – O ESTUDO DA MEDICINA LEGAL.....	 1
1. Histórico	2
2. Medicina Legal no Brasil.....	2
3. Áreas de atuação	2
 CAPÍTULO 2 – PERÍCIA MÉDICO-LEGAL E SEUS PERITOS.....	 5
1. Corpo de delito	5
2. Perícias e peritos no Código de Processo Penal (CPP)	6
2.1. Função do perito	7
2.2. Impedimento dos peritos (arts. 275 a 281 do CPP)	8
2.3. Local da perícia.....	10
2.4. Momento da perícia.....	10
2.5. Requisição da perícia	11
3. Assistentes técnicos no processo penal.....	12
4. Os vestígios no Código de Trânsito Brasileiro (CTB)	14
5. Questões controvertidas.....	18
5.1. Nas infrações que deixam vestígios, pode a vítima recusar-se a se submeter a exame de corpo de delito?	18
5.2. Pode o advogado do investigado participar dos exames periciais?.....	19
5.3. É possível produção de prova pericial no Tribunal do Júri?.....	20
5.4. É possível produção de prova pericial na revisão criminal?	21
 CAPÍTULO 3 – DOCUMENTOS MÉDICO-LEGAIS	 23
1. Notificações compulsórias	23

1.1.	Situações que envolvem notificação compulsória	23
2.	Relatório médico-legal	30
2.1.	Quesitos padrões dos diferentes tipos de exame pericial	31
3.	Parecer médico-legal	33
4.	Atestado médico	34
4.1.	Atestado de óbito	36
CAPÍTULO 4 – NOÇÕES DE CRIMINALÍSTICA		47
1.	Definição, objetivos, áreas de atuação da Criminalística	47
2.	Conceitos: prova, indícios, presunções, vestígios	47
3.	Tipos de perícias no CPP	48
4.	Perícias no Código de Processo Civil	50
5.	Local de crime	54
5.1.	Definição e classificação	54
5.2.	Preservação	54
5.3.	Vestígios e indícios encontrados nos locais de crime	55
6.	Cadeia de custódia	58
CAPÍTULO 5 – IDENTIDADE E IDENTIFICAÇÃO		61
1.	Identificação médico-legal	62
1.1.	Identificação da espécie	62
1.2.	Identificação da raça	62
1.3.	Identificação do sexo	66
1.4.	Identificação da idade	66
1.5.	Determinação da estatura	68
1.6.	Sinais individuais	68
1.7.	Malformações	68
1.8.	Sinais profissionais	68
1.9.	Tatuagens	68
1.10.	Cicatrizes	68
1.11.	Identificação pelos dentes	69
1.12.	Palatoscopia	69
1.13.	Queiloscopia	69
1.14.	Identificação por superposição de imagens	69
1.15.	Impressão genética do DNA	69

1.15.1. DNA nuclear	71
1.15.2. DNA mitocondrial.....	71
1.15.3. Análise do DNA para identificação	72
2. Identificação judiciária.....	76
2.1. Assinalamento sucinto.....	76
2.2. Fotografia simples.....	76
2.3. Retrato falado.....	76
2.4. Sistema antropométrico de Bertillon	76
2.5. Fotografia sinaléptica.....	77
2.6. Sistema dactiloscópico de Vucetich	77
3. Identificação criminal	82
3.1. Introdução do perfil genético na identificação criminal.....	83
 CAPÍTULO 6 – TANATOLOGIA FORENSE	 89
1. Morte real ou morte clínica, ou morte de todo o corpo.....	89
1.1. Sinais abióticos imediatos, sinais de incerteza, ou diagnóstico da morte (clínica)	90
1.2. Sinais abióticos mediatos, sinais consecutivos, ou sinais de certeza	90
1.2.1. Desidratação	91
1.2.2. Resfriamento do corpo	92
1.2.3. Livores hipostáticos ou hipóstases	92
1.2.4. Rigidez muscular ou rigidez cadavérica	93
1.2.4.1. Espasmo cadavérico.....	93
1.3. Fenômenos transformativos destrutivos.....	94
1.3.1. Autólise	94
1.3.2. Putrefação.....	94
1.3.3. Maceração.....	95
1.4. Fenômenos transformativos conservativos.....	95
1.4.1. Adipocera ou saponificação	95
1.4.2. Mumificação.....	96
1.4.3. Calcificação	96
1.4.4. Corificação	96
1.4.5. Congelação	96
1.4.6. Fossilização	96
1.4.7. Cabeça reduzida	96
1.5. Cronologia da morte.....	97

1.5.1.	Cronologia dos fenômenos abióticos de certeza	97
1.5.2.	Cronologia dos fenômenos da putrefação	99
1.5.3.	Conteúdo gástrico	99
1.5.4.	Fundo de olho	99
1.6.	Fenômenos de sobrevivência	100
1.6.1.	Determinação da morte súbita e da morte agônica	100
1.6.2.	Determinação da premoriência	100
2.	Morte encefálica ou morte do corpo como um todo	101
2.1.	Morte cerebral	101
2.2.	Morte encefálica	102
2.3.	Anencefalia	113
2.3.1.	Interrupção seletiva da gestação	114
3.	Transplantes de órgãos e tecidos	115
3.1.	Doador morto	115
3.2.	Doador vivo	119
4.	Tipos de morte	120
4.1.	Quanto ao processamento	120
4.2.	Quanto à reversibilidade	120
4.3.	Quanto à extensão	120
4.4.	Quanto à causa jurídica	121
4.5.	Quanto à ordem das mortes	121
5.	Lesões em vida e pós-morte	121
6.	Estabelecimento da causa jurídica da morte	124
6.1.	Exame do local de crime	124
6.2.	Exame do cadáver	125
6.2.1.	Achados da autópsia	125
6.2.2.	Elementos importantes do suicídio	126
6.2.3.	Considerações sobre causa acidental	127
6.2.4.	Reação Vital	130
7.	Interferência no processo de morte	130
7.1.	Eutanásia	130
7.2.	Distanásia	131
7.3.	Ortotanásia	131
7.4.	Mistanásia	134
7.5.	Suicídio assistido	135

7.6. Ordens de não reanimar	135
8. DESTINO DO CADÁVER.....	136
8.1. Inumação	136
8.2. Partes do cadáver.....	136
8.3. Cremação	137
8.4. Necropsia.....	137
8.5. Exumação	139
8.6. Embalsamamento / formolização.....	140
 CAPÍTULO 7 – TRAUMATOLOGIA FORENSE.....	 145
1. Energias de ordem física	145
1.1. Energia mecânica.....	145
1.1.1. Ação contundente	146
1.1.2. Instrumentos cortantes	151
1.1.3. Instrumentos perfurantes.....	153
1.1.4. Instrumentos perfurocortantes.....	154
1.1.5. Instrumentos cortocontundentes	156
1.1.6. Instrumentos perfurocontundentes	156
1.1.6.1. Armas.....	156
1.1.6.2. Arma de fogo.....	157
1.1.6.3. Munição	163
1.1.6.4. Balística	164
1.1.6.5. Efeitos dos projéteis de arma de fogo no corpo humano	166
1.1.6.6. Identificação das armas de fogo	180
1.1.6.7. Identificação do atirador.....	181
1.2. Energia barométrica.....	183
1.2.1. Pressões muito baixas (hipobarismo)	183
1.2.2. Pressões muito altas (hiperbarismo)	183
1.2.3. Descompressão rápida.....	184
1.3. Energia térmica.....	185
1.3.1. Calor.....	185
1.3.2. Frio.....	188
1.4. Energia elétrica	189
1.4.1. Ação da eletricidade natural.....	189
1.4.2. Ação da eletricidade industrial.....	189

1.5.	Energia radiante	190
1.5.1.	Raios X	190
1.5.2.	Rádio	190
1.5.3.	Energia atômica	190
2.	Energia química	191
2.1.	Ação interna	191
2.2.	Ação externa	191
3.	Lesões decorrentes de maus tratos	191
3.1.	Maus-tratos a menores	191
3.2.	Maus-tratos a idosos	193
CAPÍTULO 8 – ENERGIAS FÍSICO-QUÍMICAS – ASFIXIAS MECÂNICAS		195
1.	Classificação das asfixias violentas	196
1.1.	Asfixias por obstrução das vias respiratórias	196
1.1.1.	Sufocação direta	196
1.1.1.1.	Oclusão direta das narinas e boca	196
1.1.1.2.	Oclusão dos orifícios da faringe e laringe	197
1.1.2.	Asfixias por constrição cervical	197
1.1.2.1.	Enforcamento	197
1.1.2.2.	Estrangulamento	200
1.1.2.3.	Esganadura	200
1.1.2.4.	Formas atípicas de constrição cervical	201
1.2.	Asfixias por restrição aos movimentos do tórax	202
1.2.1.	Sufocação indireta	202
1.2.2.	Respiração paradoxal	203
1.2.3.	Paralisia dos músculos respiratórios	203
1.3.	Asfixias por modificação do meio ambiente	203
1.3.1.	Confinamento	203
1.3.2.	Soterramento	204
1.3.3.	Afogamento	204
1.4.	Asfixias por parada respiratória central	207
2.	Lesões corporais: quantificação do dano	208
2.1.	Lesões leves	209
2.2.	Lesões graves (art. 129, § 1º, do CP)	209
2.3.	Lesões gravíssimas (art. 129, § 2º, do CP)	212

2.4. Lesão corporal seguida de morte (art. 129, § 3º, do CP).....	214
3. Lesões por tortura.....	214
CAPÍTULO 9 – SEXOLOGIA FORENSE.....	225
1. Perícia da conjunção carnal.....	225
2. Perícia do coito anal.....	227
2.1. Abuso sexual em crianças.....	229
3. Perícia da gravidez.....	229
4. Perícia do parto.....	230
5. Perícia do aborto.....	231
5.1. O aborto e a política de redução de danos.....	231
5.1.1. Solução de indicações.....	231
5.1.2. Solução de prazos.....	232
5.1.3. Modelo de aconselhamento.....	232
6. Perícia do infanticídio.....	235
7. Reprodução assistida (RA).....	239
7.1. Métodos de reprodução assistida.....	240
7.2. Regulamentação da reprodução assistida.....	241
7.3. Natureza da reprodução assistida.....	249
7.4. Redução embrionária.....	250
8. Pesquisa e terapia com células-tronco.....	250
8.1. Embrião ou pré-embrião?.....	250
8.2. Disponibilização de embriões.....	251
9. Parafilias ou distúrbios sexuais.....	252
CAPÍTULO 10 – PSICOPATOLOGIA FORENSE.....	255
1. Imputabilidade.....	255
2. Intervalo lúcido.....	256
3. Normalidade mental.....	256
4. Desenvolvimento mental incompleto.....	257
5. Desenvolvimento mental retardado ou oligofrenia.....	258
6. Doença mental.....	260
7. Perturbação da saúde mental.....	265
7.1. Neuroses.....	266
7.2. Condutopatias, sociopatias ou psicopatias.....	266

CAPÍTULO 11 – TOXICOLOGIA FORENSE.....	273
1. Venenos.....	273
1.1. Espécies de veneno.....	273
1.2. Fatores que influenciam a produção de danos ao organismo:.....	273
1.3. Vias de penetração	274
1.3.1. Via oral	274
1.3.2. Via aérea	274
1.3.3. Via cutânea	274
1.3.4. Via parenteral	274
1.4. Absorção	275
1.5. Mecanismo de ação.....	275
1.6. Fatores que modificam a ação dos tóxicos	276
2. Substâncias psicoativas	276
2.1. Proibição versus legalização	278
2.2. Tratar o mal ou reduzir o dano?	278
3. Toxicomanias	279
3.1. Drogas psicolépticas	280
3.2. Drogas psicoanalépticas.....	281
3.3. Drogas psicodislépticas.....	284
3.4. Outras drogas.....	287
3.5. Relação entre dependência e imputabilidade.....	290
4. Alcoolismo	291
4.1. Tipos de alcoolismo	292
4.1.1. Alcoolismo agudo.....	292
4.1.2. Alcoolismo crônico	293
4.2. Implicações forenses.....	294
4.3. Dosagem alcoólica	295
4.3.1. In vivo	295
4.3.2. Post mortem	296
5. Embriaguez etílica e por drogas no Código Penal	296
6. Problema das drogas	297
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	299

CAPÍTULO 1

O ESTUDO DA MEDICINA LEGAL

Pode-se definir Medicina Legal como parte da medicina que está a serviço da Justiça.

Tal afirmação é o ponto comum dos conceitos de Medicina Legal emitidos por diferentes autores, estando os mais tradicionais elencados abaixo

Tourdes “é a aplicação dos conhecimentos médicos às questões que concernem aos direitos e aos deveres dos homens reunidos em sociedade”

Lacassagne “é a arte de pôr os conceitos médicos a serviço da administração da Justiça”

Hoffman “é a ciência que tem por objetivo o estudo das questões no exercício da jurisprudência civil e criminal e cuja solução depende de certos conhecimentos médicos prévios”

Afrânio Peixoto “é a aplicação de conhecimentos científicos e misteres da Justiça”

Flamínio Fávero “é a aplicação dos conhecimentos médico-biológicos na elaboração e execução das leis que deles carecem”

Hélio Gomes “é o conjunto de conhecimentos médicos e paramédicos, destinados a servir ao Direito, cooperando na elaboração, auxiliando na interpretação e colaborando na execução dos dispositivos legais, no seu campo de ação de medicina aplicada”

Genival Veloso França “é a medicina a serviço das ciências jurídicas e sociais”

Delton Croce “é ciência e arte extrajurídica auxiliar alicerçada em um conjunto de conhecimentos médicos, paramédicos e biológicos destinados a defender os direitos e os interesses dos homens e da sociedade”

A Medicina Legal estuda o ser humano vivo ou morto, são ou doente, necessitando dos conhecimentos de todas as áreas da medicina.

Como a origem da vida ocorre na fecundação, a atuação da Medicina Legal se inicia a partir daí, e só se encerra quando desaparecem os últimos vestígios cadavéricos.

É uma ciência, pois possui método, objeto e finalidade próprios.

Tem por objetivo, além de orientar os legisladores e magistrados na elaboração e aplicação das leis, respectivamente, esclarecer questões processuais criminais e cíveis, entre outras.

Mas importa também aos juristas, porque fornece conhecimentos necessários à formulação de quesitos e à interpretação dos laudos e pareceres médico-legais, possibilitando a análise crítica.

Infelizmente, assistimos hoje a um descompasso entre a necessidade crescente de conhecimento da Medicina Legal e a oferta da disciplina pelas faculdades de Direito, o que afeta a abordagem interdisciplinar e a aquisição de uma visão holística do ser humano.

1. HISTÓRICO

Apesar de encontrados aspectos médico-legais em várias legislações, como no Código de Hamurabi, nas leis de Manu, nas leis hebraicas e do antigo Egito, e no direito romano, denotando a necessidade dos conhecimentos médicos para a aplicação da justiça, o exercício prático da Medicina Legal ocorreu a partir do séc. XVI com o Código Criminal Carolino.

Entretanto, a era científica da Medicina Legal teve início na França, em 1575, com *Ambroise Paré*, considerado o pai da Medicina Legal, o qual compilou os conhecimentos da época na obra *Traité des Relatoires*, que ainda continha credences próprias do ambiente cultural vigente.

No séc. XVIII, a Medicina Legal tornou-se uma disciplina jurídica e surgiram as escolas francesa, alemã e italiana disputando a supremacia.

A Alemanha inaugurou o ensino oficial da matéria, sendo considerada o berço da Medicina Legal.

2. MEDICINA LEGAL NO BRASIL

A primeira publicação sobre Medicina Legal em 1814 marcou seu início no Brasil, seguindo-se muitas outras.

A influência estrangeira, principalmente francesa, maculava a feição nacionalista e a originalidade de tais publicações, exceto no que se referia à parte toxicológica.

Em 1877, Souza Lima iniciou a formação da Medicina Legal brasileira.

Entretanto, os trabalhos brasileiros ainda se alicerçavam nas publicações estrangeiras, e a atuação médico-legal restringia-se à interpretação e comentário das leis.

A nacionalização veio com Raymundo Nina Rodrigues, que deu início à Medicina Legal voltada para a solução dos problemas médico-legais e de criminologia brasileiros.

Realmente, no Brasil, a Medicina Legal adquiriu importância no cenário médico-jurídico a partir daí e, posteriormente, com as escolas do Rio de Janeiro e de São Paulo, representadas por Afrânio Peixoto e Oscar Freire, discípulos de Nina Rodrigues.

3. ÁREAS DE ATUAÇÃO

A Medicina Legal Geral vai além do estudo do ser humano, englobando a Deontologia, que define os deveres profissionais, e a Diceologia, que diz respeito aos direitos profissionais, ambas constantes do Código de Ética Médica.